

PALAVRA DE

VIGILANTE



**Boletim
de trabalhadores
do setor
da vigilância
privada**
Maio 2022, nº1

Face à inflação sem resposta do Governo É tempo de lutar!

Dois anos de pandemia deixaram marcas e agravaram problemas antigos. Os baixos salários, os abusos patronais e a precariedade já cá estavam, mas os efeitos ampliaram-se e ficaram mais visíveis. E agora, com a invasão da Ucrânia a entusiasmar os grandes grupos especuladores, temos uma nova crise.

A subida brutal dos preços dos bens essenciais torna ainda mais difícil a vida dos trabalhadores. Salários baixos não aumentam com a inflação e ficam mais curtos. Para a maioria, está mais difícil chegar ao fim do mês.

O Governo recusa uma resposta à inflação que defenda os rendimentos. Recusa atualizar salários e pensões. E recusa impor regras às grandes empresas que têm lucros extraordinários e pressionam a subida dos preços. Limitou-se a apresentar o mesmo Orçamento de Estado: se não servia há uns meses, agora ainda menos serve.

Face à maioria absoluta, é necessária mais orga-

nização dos trabalhadores. É preciso desconfinar e mobilizar. As lutas pelo salário e pelos direitos no trabalho estarão no centro da vida do país.

Os e as vigilantes conhecem bem a pressão permanente, os salários baixos, os horários excessivos e o risco de perder o emprego a cada troca de empresa num serviço público. Mas tem crescido também a denúncia e a resposta organizada dos vigilantes e da sua organização sindical, o STAD, com bons exemplos de luta e algumas vitórias. Este boletim nasce para reforçar a solidariedade de classe dos vigilantes, a partir da experiência das lutas que vamos travando. De vigilantes e para vigilantes, para somar força e organização.

MINISTÉRIO DO TRABALHO Troca de empresas ameaça direitos e subsídio de férias de centenas de vigilantes

Entre 400 e 500 vigilantes, ao serviço em postos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, estão a ser pressionados e parte do seu subsídio de férias está ameaçado. Esta situação surge na sequência do concurso que determinou a entrada, a partir de 1 de junho, de uma nova empresa para o serviço nos postos nos organismos tutelados pelo Ministério nas zonas Norte e Lisboa e Vale do Tejo.

Trata-se de uma típica transmissão de estabelecimento, em que os trabalhadores preservam os seus postos de trabalho e todos os direitos laborais, nomeadamente a efetividade e a antiguidade. No entanto, a empresa Powershield, que substitui a PSG,

contactou os vigilantes destes postos, pressionando para assinar documentos com o título “Ficha de candidatura” e “Início de atividade”. Esta declaração não corresponde à sua situação, uma vez que não se trata de uma nova contratação e que cabe à empresa cessante, a PSG, passar esta informação à nova empresa no contexto da transmissão.

A Powershield comunicou também que não pretende assumir o pagamento do subsídio de férias na íntegra, argumentando que os proporcionais até 31 de maio devem ser assumidos pela empresa anterior. A PSG, por sua vez, não quer assumir essa responsabilidade. No meio deste conflito a que são alheios, os vigilantes vêem uma parte do seu salário ameaçado.



Mais uma vez, os direitos não são respeitados quando há troca de empresas contratadas pelo Estado. Aliás, isso mesmo aconteceu no concurso anterior para estes mesmos postos, em dezembro de 2019, em que a nova empresa não aceitou a transmissão. O Ministério do Trabalho, depois de vários meses de pressão, acabaria por impor o cumprimento da lei, cessando com a empresa que pretendia afastar os vigilantes.

O Bloco de Esquerda questionou o Governo e confrontou o Ministério do Trabalho com a necessidade de atuar de imediato para “assegurar que os vigilantes recebem atempadamente o subsídio de férias a que têm direito e que a empresa Powershield cumpre todas as obrigações legais em matéria de transmissão de estabelecimento”.

SINDICALIZA-TE!

Tudo o que os trabalhadores hoje têm foi conquistado pela luta. Muito caminho há a fazer na luta pelos direitos da nossa classe.

Inscreve-te no sindicato, mas não só quando precisas. A quota que pagas hoje é o apoio do colega que hoje enfrenta problemas e pode ser o teu apoio de amanhã. Sindicaliza-te e participa! No setor da vigilância privada, o sindicato de classe é o STAD - Sindicato dos Trabalhadores das Atividades Diversas, filiado na CGTP.

Transporte de valores

Empresas impõem sobrecarga laboral



.02

O transporte de valores é uma área da vigilância privada com longos anos de problemas laborais. Profissão de grande responsabilidade, envolve grande esforço físico e mental dos vigilantes, com stress e risco sempre presentes.

As empresas colocam o lucro à frente da segurança e da saúde dos trabalhadores, definindo intensas escalas de trabalho diário com um número muito elevado de clientes. Estes trabalhadores estão sujeitos a horários desregulados e a jornadas estafantes com recolha de grandes quantidades de moeda, sob pressão e sem tempo para cumprir os procedimentos para salvaguarda da saúde e da segurança.

Esta área da vigilância tem problemas e características específicas. No transporte de valores não se

colocam os habituais problemas na transmissão de estabelecimento, devido a cada empresa trabalhar diretamente com os bancos e as empresas terem acordos diretos com vários clientes.

LEI FAVORECE EMPRESAS EM VEZ DE PROTEGER TRABALHADORES.

Nos últimos anos, a lei passou a prever que a equipa do transporte de valores pode ter apenas dois elementos, permitindo que o “terceiro homem” seja substituído pela “mala de segurança”. Obviamente, as empresas preferem poupar na contratação de mais um vigilante por equipa, tendo-se generalizado as equipas de dois elementos com recurso a este equipamento. A opção das empresas é óbvia: a mala não reclama, não recebe salário nem tem direito a férias... Para os vigilantes significa carregar um equipamento que pesa entre 8 a 10

quilos em 25 a 30 serviços por dia. Com condições de trabalho deste tipo, muitos vigilantes sofrem grande desgaste e desenvolvem doenças profissionais. Problemas que se agravam com a idade, porque as funções se mantêm apesar da menor disponibilidade física. Por seu lado, as seguradoras muitas vezes não reconhecem as doenças provocadas pela profissão (hérnias, tendinites, problemas nos joelhos ou na coluna), argumentando que são problemas anteriores e que não estão relacionados com o trabalho. Pelo seu lado, as empresas “lavam as mãos” e não tratam de assegurar-se que as seguradoras reconhecem a especificidade destas funções e das doenças que podem causar. A luta para ultrapassar estes problemas, para reconhecer direitos e definir um quadro de proteção dos profissionais no transporte de valores vai continuar a ser importante no setor da vigilância privada.

Horas extra

Empresas pagam abaixo da lei e por baixo da mesa

São várias as empresas que estão a violar a lei e a pagar o trabalho suplementar ao valor da “hora normal”, sem acréscimo remuneratório. Muitas cometem ainda outra ilegalidade, ao pagar o trabalho extraordinário “por baixo da mesa”.

Este pagamento separado das horas extra, geralmente entre o dia 10 e dia 15 de cada mês, significa que estes valores não são incluídos no recibo de vencimento. Esta é uma manobra ilegal por parte de empresas que fogem às responsabilidades com efeitos negativos na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Esta fuga aos impostos e à Segurança Social prejudica a carreira contributiva e a protecção social dos vigilantes. Em caso de baixa médica, desemprego ou reforma, esses rendimentos não são contabilizados, uma vez que para efeitos legais não existiram.

Quando isto acontece, o trabalhador deve solicitar à empresa, por escrito, que a situação seja regularizada, passando a receber todo o salário em conjunto e incluído no recibo de vencimento. Se a empresa não responder ou insistir que este esquema é legal, deve ser feita comunicação ao STAD e dirigida queixa à Autoridade para as Condições do Trabalho.

O TRUQUE DO PAGAMENTO DO SALÁRIO “POR PACOTE”

Muitas empresas tentam enganar os vigilantes, impon-

do o pagamento conjunto das várias componentes do salário a partir de um valor previamente acordado. O valor é supostamente calculado com base no vencimento base, no subsídio de alimentação, nos duodécimos dos subsídios de férias e natal e nas horas extra. Mas este pagamento do salário “por pacote” é, na verdade, uma forma de enganar os trabalhadores e de lhes ocultar e retirar direitos.

Com este sistema, as empresas procuram aliciar os vigilantes com um valor fixo, previsível e que parece interessante, permitindo organizar a vida e gerir os rendimentos mensais. Mas não podemos deixar-nos enganar. Na realidade, este é um truque para não pagar componentes do salário que são direitos dos trabalhadores e abrir caminho a abusos. Desta forma, as empresas impõem um grande carga de horas extraordinárias (supostamente incluídas no valor), não pagam o devido acréscimo por trabalho em dia feriado ou por trabalho noturno. Há situações em que os vigilantes chegam a fazer 240 horas mensais, incluindo domingos e noites, uma carga horária brutal e sem acréscimos contabilizados.

Esta forma de pagamento “por pacote” só interessa às empresas e prejudica os vigilantes, por isso deve ser rejeitado. O salário deve ser pago de forma transparente, consoante a realidade do trabalho prestado. Consulta a tabela abaixo, com o valor de todas as componentes que devem ser pagas no salário de cada mês para a categoria profissional de vigilante, consoante a empresa subscreva o contrato coletivo celebrado pela AES ou pela AESIRF.

03.

TABELA SALARIAL 2022

	AES	AESIRF
SALÁRIO BASE	€812,17	€816,21
VALOR/HORA	€4,69	€4,71
HORA NOTURNA ¹	ACRÉSCIMO DE €1,17	ACRÉSCIMO DE €1,18
SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	€6,18	€6,18
VALOR/HORA NA FOLGA TRABALHADA	ACRÉSCIMO DE €14,07	ACRÉSCIMO DE €14,13
VALOR/HORA EXTRA ²	ACRÉSCIMO DE €7,03	ACRÉSCIMO DE €7,03
8 HORAS EM FERIADO	ACRÉSCIMO DE €37,49	ACRÉSCIMO DE €37,67

¹ Considera-se horas noturnas entre as 21:00 e as 06:00. Para os trabalhadores com antiguidade até 2004, as horas noturnas são contabilizadas das 20:00 até às 07:00.

² Carga horária mensal média = 173,33 horas

ENTREVISTA: TRÊS MESES DE INJUSTIÇA

Ministério da Educação abandonou Pedro, Paulo e Elsa



PEDRO, PAULA E ELSA na concentração em frente ao Ministério

No passado mês de março, estes três vigilantes foram afastados ilegalmente do seu posto de trabalho no Ministério da Educação (IGeFE/DGEEC) pela empresa Noite e Dia, depois de muitos anos de serviço. Apesar da denúncia, da mobilização sindical e da pressão para o Ministério da Educação atuar, continuam sem trabalho e sem rendimentos.

Com a mesma coragem do primeiro dia, continuam a exigir justiça. Falámos com Pedro Francisco, um dos vigilantes afetados.

04

De um dia para o outro, foram retirados ilegalmente dos vossos postos de trabalho. Como tudo se passou?

No seguimento do concurso aberto pelo Ministério, a empresa Noite e Dia (NeD) sucedeu à empresa Vigiexpert. No dia 15 de Fevereiro recebemos uma carta da Vigiexpert. Nessa carta, informavam-nos que, devido à alteração de empresa, os contratos seriam transmitidos para a NeD, conforme previsto na lei. Da parte da NeD nunca fomos contactados no sentido da transmissão. Na noite de 28 de fevereiro para 1 de março, representantes da NeD compareceram nas instalações do cliente já com a sua equipa de vigilantes. Informaram o colega Paulo, que estava de serviço, que não poderia continuar, visto não ser funcionário da NeD. Disseram que, a partir daquele momento, o serviço era da NeD e que seria prestado com os seus vigilantes.

Mas reagiram de imediato para defender os vossos postos de trabalho. O que fizeram?

Foi chamada a PSP, para elaboração de um relatório sobre o sucedido. Esteve presente o dirigente do STAD, Rui Tomé, que nos apoiou. A partir daquele momento, foi muito difícil vermos uma situação laboral que pensávamos ser estável desabar assim. Foi muito difícil psicologicamente também.

Ao longo do processo, o que vos foi dito diretamente pelos responsáveis do Ministério?

Quando o concurso foi feito, no Ministério disseram-nos que iriam pedir a continuação da equipa de três vigilantes que ali estava a trabalhar, visto estarem satisfeitos com o trabalho desempenhado durante todo os anos anteriores. Depois de 1 de Março não fomos mais contactados pelos departamentos de segurança do cliente nem pelas direções, não nos deram qualquer justificação para aceitarem esta ilegalidade.

Por que acham que o Ministério não assumiu a sua responsabilidade?

O Ministério da Educação deveria ter obrigado a NeD a cumprir a lei e a manter-nos nos nossos postos de trabalho, sob pena da rescisão do contrato da prestação de serviços. Numa reunião no Ministério do Trabalho, com as empresas, o Ministério da Educação e o STAD disseram que a NeD

estava a usar uma cláusula no caderno de encargos... Mas a lei diz que a nova empresa tem de assumir os funcionários que estão nos postos de trabalho, o caderno de encargos não está acima da lei.

Como estão a ultrapassar este momento?

Está a ser difícil. Estamos há quase três meses sem trabalho e sem qualquer tipo de rendimento. A Autoridade para as Condições do Trabalho demitiu-se de obrigar a empresa a passar o modelo para o subsídio de desemprego. A Vigiexpert, para lavar as mãos, alega que houve despedimento por abandono do posto de trabalho e comunicou isso à Segurança Social. Resultado: o pedido de subsídio foi indeferido. Para alterar esta situação, é necessária a entrada do processo em tribunal, o que demora. Estão a ser tempos muito difíceis e de incerteza em relação à resolução do problema. É muito difícil cumprir as nossas obrigações quando não temos rendimentos.

Que mais pode ser feito para que o Ministério finalmente obrigue a empresa a cumprir a lei?

Seria muito importante uma resposta dos ministros da Educação e do Trabalho às perguntas que receberam dos partidos, para que houvesse uma posição clara. É preciso continuar a pressionar, se possível também no parlamento.

SEGUIE-NOS:

2 de julho

Marca na tua agenda!

Encontro Nacional de Vigilantes
O Bloco de Esquerda convida-te a vir pôr em comum as tuas condições de trabalho e debater os problemas a resolver e os desafios da organização da luta.

Mais informações sobre inscrição e deslocações: bloco.esquerda@bloco.org